

MESTRADO EM
ECONOMIA INTERNACIONAL E ESTUDOS
EUROPEUS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

ECONOMIA CIRCULAR E SUSTENTABILIDADE: O CASO
DAS FARMÁCIAS EM PORTUGAL

FRANCISCA SANTOS ALBUQUERQUE

OUTUBRO- 2024

MESTRADO EM
ECONOMIA INTERNACIONAL E ESTUDOS
EUROPEUS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

ECONOMIA CIRCULAR E SUSTENTABILIDADE: O CASO
DAS FARMÁCIAS EM PORTUGAL

FRANCISCA SANTOS ALBUQUERQUE

ORIENTADOR:

PROF. DR. JOÃO CARLOS LOPES

Co-orientador:

PROF. DR. ZORRO MENDES

OUTUBRO- 2024

Glossário

BSCD- Business Council for Sustainable Development

CCE- Comissão das Comunidades Europeias

CIRAIG- International Reference Centre For The Life Cycle Of Products, Processes and Services

EC- Economia Circular

EMF- Ellen MacArthur Foundation

I&D- Investigação e Desenvolvimento

GEE- Gases com Efeito de Estufa

LVMNSRM- Locais de Venda de Medicamentos Não Sujeitos a Receita Médica

ONU- Organização das Nações Unidas

PRR- Plano de Recuperação e Resiliência

SIGREM- Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens e Medicamentos

UE- União Europeia

Resumo

Com o setor da saúde a enfrentar uma das maiores crises, e em resposta à mais recente pandemia de Covid-19, foi criado o programa da União Europeia pela saúde 2021-2027 de forma a combater algumas fragilidades do sistema de saúde e ajudar a superar desafios do setor a longo prazo. A situação atual das alterações climáticas a nível mundial, revela um impacto menos positivo quanto à utilização dos recursos ao longo de todo o processo produtivo, uma vez que são recursos finitos.

Neste contexto, a utilização de recursos com menor degradação do meio ambiente tem sido uma prioridade política e económica. Os conceitos de Economia Circular e Sustentabilidade surgem como soluções alternativas e mais resilientes visto que é necessário garantir o crescimento económico sem a utilização intensiva desses recursos. Os problemas ambientais estão cada vez mais presentes e na área da saúde, concretamente no setor farmacêutico, é necessário perceber que a Economia Circular é uma forma de atenuar a exaustão dos recursos ambientais e minimizar os impactos ambientais.

Os apoios da União Europeia à Economia Circular em Portugal têm como um dos objetivos acompanhar a emergência climática através da utilização de métodos de produção mais sustentáveis, a transição para uma economia sustentável com impacto neutro no clima e ainda os apoios económicos e ambientais centrados nas necessidades das pessoas.

Esta dissertação procura apresentar como funciona o processo de Economia Circular no setor farmacêutico nacional através de práticas mais sustentáveis por parte da sociedade, nomeadamente a reciclagem de medicamentos.

Palavras-chave: Economia circular; Sustentabilidade; Saúde; Farmácias; Portugal.

Abstract

With the healthcare sector facing one of the biggest crises, and in response to the latest Covid-19 pandemic, the European Union Health Program 2021-2027 was created in order to combat some weaknesses in the healthcare system and help overcome sector challenges in the long term. The current situation of climate change worldwide reveals a positive impact on the use of resources throughout the entire production process, since they are finite resources.

In this context, the use of resources with less environmental degradation has been a political and economic priority. The concepts of Circular Economy and Sustainability emerge as alternative and more resilient solutions since it is necessary to guarantee economic growth without the intensive use of these resources. Environmental problems are increasingly present and in the health sector, specifically in the pharmaceutical sector, it is necessary to realize that the Circular Economy is a way of alleviating the exhaustion of environmental resources and minimizing environmental impacts.

One of the objectives of European Union support for the Circular Economy in Portugal is to monitor the climate emergency through the use of more sustainable production methods, the transition to a sustainable economy with a neutral impact on the climate and also economic and environmental support focused on needs of people.

This dissertation seeks to present how the Circular Economy process works in the national pharmaceutical sector through more sustainable practices on the part of society, namely the recycling of medicines.

Keywords: Circular Economy; Sustainability; Health; Pharmacy; Portugal.

Índice

Glossário.....	3
Resumo.....	4
Abstract.....	5
Índice.....	6
Índice de Figuras.....	7
Agradecimentos	8
1. Introdução.....	9
2. Enquadramento teórico.....	11
2.1 Economia Circular	11
2.2 Sustentabilidade	15
3. Apoios da União Europeia à economia circular.....	18
4. Apoios da União Europeia ao setor da saúde em Portugal: programa saúde 2021-2027.....	19
5. Rede de farmácias em Portugal.....	23
5.1 Valormed.....	23
6. Metodologia.....	25
6.1 Análise e discussão de resultados.....	27
6.1.1. Análise da entrevista ao Diretor Geral da Valormed.....	27
6.1.2 Análise do questionário às farmácias.....	29
7. Conclusões.....	35
Referências bibliográficas.....	37
Anexos.....	42

Índice de Figuras

Figura 1- Princípios básicos da Economia Circular.....	14
Figura 2- Funcionamento do SIGREM e Fluxos dos medicamentos e resíduos.....	25
Figura 3- Localização da farmácia	30
Figura 4- Sensibilização à farmácia por parte da Valormed	31
Figura 5- Visibilidade do contentor na farmácia.....	31
Figura 6- Condicionamento do depósito de medicamentos.....	32
Figura 7- Conhecimento por parte dos cidadãos	32
Figura 8- Adesão dos cidadãos.....	33
Figura 9- Frequência da recolha de contentores das farmácias.....	33

Agradecimentos

O meu primeiro agradecimento dirige-se ao Professor Doutor João Carlos Lopes que desde o início se prontificou a orientar-me nesta dissertação e que sempre mostrou disponibilidade, flexibilidade e incentivo para comigo.

Um agradecimento especial ao Professor Doutor Zorro Mendes que aceitou ajudar-me nesta investigação e transmitiu conhecimentos importantes para a realização do estudo de caso.

Agradeço também ao Diretor Geral da Valormed, Dr. Luís Figueiredo, que prontamente se disponibilizou para a realização de uma entrevista e que muito ajudou este trabalho.

Um especial obrigado aos meus pais que me proporcionaram a realização deste Mestrado e me acompanharam durante todo o percurso académico e à minha irmã que me transmitiu sábios conselhos para esta jornada que se avizinhava exigente.

Aos meus avós pela preocupação e incentivo diários e por sempre me ajudarem de várias formas.

À restante família, o meu muito obrigado pelo apoio.

Por fim, agradeço aos meus colegas de Mestrado, às pessoas que se cruzaram no meu caminho durante esta etapa e fizeram-me sentir em casa nesta cidade “desconhecida” e a todos os amigos que, mesmo sem saberem, me ajudaram neste percurso.

A todos, o meu sincero e profundo Obrigado!

1. Introdução

As alterações climáticas nos últimos anos têm sido um tema muito debatido e são atualmente uma das maiores preocupações a nível mundial dadas as consequências graves associadas. Neste panorama, várias organizações têm desenvolvido esforços e estabelecido estratégias, implementadas através de diversas políticas, acordos e ações, de forma a mitigar este fenómeno. A utilização descontrolada de recursos naturais leva a problemas do foro ambiental como o aumento dos gases com efeito de estufa e, conseqüentemente, problemas económicos que se traduzem no aumento dos custos para os consumidores uma vez que há a necessidade de utilizar os recursos finitos.

Perante este cenário, surge o conceito de Economia Circular em alternativa ao modelo Económico Linear, um modelo económico que se baseia na utilização de recursos naturais e que no fim da sua vida são descartados (Astrolábio, 2021), ou seja, é um sistema que não reintroduz os produtos no ciclo económico.

O novo conceito é visto como um modelo sustentável que permite diminuir o desperdício e devolver alguns materiais ao ciclo produtivo através da redução, reutilização e reciclagem dos mesmos e, desta forma, alcançar uma maximização na utilização dos recursos, criando valor na economia. A Economia Circular assume o princípio regenerativo e consiste num ciclo que preserva os recursos naturais, intensifica a produção e minimiza os riscos.

Em Portugal, o setor da saúde e em especial o setor farmacêutico, vê-se confrontado com problemas relacionados com o descarte de medicamentos e das embalagens em locais indevidos para o efeito. Por esta razão, enfrentam desafios para promoverem e darem a conhecer à sociedade a Economia Circular neste setor e implementar práticas mais sustentáveis. É importante que a sociedade se interesse por este tema e esteja mais ciente dos problemas que enfrentamos e que, através da adoção de algumas medidas mais sustentáveis, consigam contribuir para a preservação do meio ambiente.

Este trabalho pretende explorar os conceitos de Economia Circular e Sustentabilidade e perceber quais os contributos para o meio ambiente e para a sociedade em geral. Outro dos objetivos desta dissertação é analisar a importância, a nível nacional,

da Economia Circular, mais concretamente os apoios dedicados a esta área por parte da União Europeia. Para o efeito, esta dissertação focar-se-á no setor farmacêutico de forma a identificar tais contributos para Economia Circular neste setor e perceber como isso influencia as redes de farmácias.

Neste sentido, este trabalho está dividido em 4 capítulos. Irá começar com um enquadramento teórico dos conceitos em estudo, Economia Circular e Sustentabilidade, assim como uma revisão de literatura neste âmbito. Nos dois capítulos seguintes irá fazer-se uma análise aos apoios da União Europeia à Economia Circular e ao setor da saúde em Portugal, nomeadamente ao programa de saúde 2021-2027. Por último, irá ser realizado um estudo de caso sobre o processo de Economia Circular dos medicamentos depositados em contentores próprios para o efeito através de uma entrevista ao Diretor Geral da Valormed, Dr. Luís Figueiredo, e de questionários a um conjunto de farmácias portuguesas. Posteriormente, esses resultados irão ser analisados e serão apresentadas as conclusões dos mesmos, tal como futuros desenvolvimentos.

2. Enquadramento teórico

O crescente aumento da população, o aumento da procura e a conseqüente pressão nos recursos naturais, têm vindo a enfatizar a necessidade de as sociedades modernas avançarem para um paradigma mais sustentável, uma economia mais “verde” que assegure o desenvolvimento económico e a melhoria das condições de vida e de emprego. Também as alterações climáticas ganharam relevância devido às conseqüências negativas e preocupantes no clima.

A chamada Economia Linear é uma parte do problema, visto que não reintroduz os produtos no ciclo de vida, o que leva a problemas ambientais como o aumento da produção de resíduos e problemas económicos uma vez que, como os recursos são escassos, mais elevados serão os seus preços no mercado (Ellen MacArthur Foundation, 2013).

Assim, vamos centrar a nossa atenção nos conceitos de Economia Circular e Sustentabilidade e mostrar como ambos podem ser boas alternativas ao atual modelo.

2.1 Economia Circular

O atual sistema económico é denominado “linear”, isto é, o ciclo é iniciado com a produção por parte das empresas, mais tarde os consumidores adquirem-nos e utilizam-nos e por fim desfazem-se deles. A Economia Circular (EC) pressupõe “combater” as perdas ocorridas ao longo deste ciclo. A transição para este modelo é um processo exigente e demorado pois requer muito investimento a vários níveis para alterar os sistemas atuais, e é “um processo que exigirá uma participação de longo prazo a todos os níveis, dos Estados-Membros, passando pelas regiões e pelas autarquias, às empresas e ao cidadão” (Comissão Europeia, 2015).

A Economia Circular procura encontrar um equilíbrio entre o desenvolvimento económico e a proteção de recursos do meio ambiente. Este conceito surge em alternativa ao sistema económico linear e cujo principal objetivo é manter os recursos no ciclo produtivo durante mais tempo, ou seja, a ideia é que ao invés de serem descartados após uma utilização, os resíduos sejam reutilizados no processo produtivo do produto (Martins *et al.* 2023).

A Economia Circular é um conceito estratégico que se sustenta na redução, reutilização, recuperação e reciclagem de materiais (Monteiro, 2018). É vista como um

meio importante para promover a conciliação entre o aumento do consumo dos recursos e do crescimento económico.

A Economia Circular é uma forma de se conseguir alcançar a economia “verde” e resulta da transição do modelo linear de produção de bens, assente na disponibilidade ilimitada de matérias-primas e energia, para um modelo circular, onde os materiais e os resíduos são devolvidos ao ciclo produtivo através da reutilização, recuperação e reciclagem. É uma abordagem à produção e ao consumo que permite desenvolver novos produtos, serviços e modelos de negócio, que contribuem para um relacionamento mais equilibrado e criativo entre as empresas, os consumidores e os recursos naturais, ou seja, esta abordagem defende que no final do ciclo os produtos sejam novamente incorporados no processo produtivo por forma a criar novos produtos (BSCD, 2017). Neste contexto, a função dos recursos sofre uma transformação pois com a EC, os resíduos provenientes das fábricas passam a ser fatores de produção para outros processos produtivos e os produtos podem ser reparados, reutilizados ou melhorados, em alternativa ao atual desperdício vivido (Preston, 2012), assim, neste modelo o conceito de desperdício na natureza não existe, visto que tudo é uma entrada para outro processo no ciclo de vida dos produtos. A mudança para esta nova abordagem exige uma alteração do paradigma de como os bens são produzidos, colocando a sustentabilidade e os ciclos fechados no centro dos modelos de negócio e organização das indústrias (Preston, 2012).

O “*Internacional Reference Center for Life Cycle Assessment and Sustainable Transition*” (CIRAIG) afirma que a EC pode ser ainda definida como “Sistematização por desenho, ciclos fechados, restauração sem desperdício, baseada em eficiência e levada a cabo por energias renováveis” (CIRAIG, 2015).

No entanto, a Fundação Ellen MacArthur dá a sua própria definição de EC e entende que:

“É um sistema industrial que é restaurador e regenerativo por intenção e design. Substitui o conceito do “fim-de-vida” por restauração, mudanças de encontro ao uso de energias renováveis, elimina o uso de materiais tóxicos que prejudicam a reutilização e visa uma eliminação dos resíduos através de um design superior dos materiais, produtos, sistemas e modelos de negócios.”

In: EMF (2013), pág.7

A EC recorre a várias teorias, nomeadamente “*Cradle-to-cradle*” e em “cascata”, no que se refere à organização dos fluxos materiais. O primeiro conceito introduz a noção de circularidade dando uma nova vida ao produto e que mais tarde, depois de ser utilizado, é preparado para começar novamente um ciclo. Procura maximizar a utilidade dos materiais através do desenvolvimento de produtos e cadeias de abastecimento ao longo da indústria (Martins *et al.* 2023). A utilização dos recursos em cascata faz referência ao uso sequencial dos mesmos como criação de valor, de forma a contribuir para uma maior eficiência dos recursos naturais ao longo do ciclo, isto é, proporciona uma consecutiva circulação de recursos (Martins *et al.* 2023).

Para além do conceito da EMF (2013) acima mencionado, a Ellen MacArthur Foundation faz menção a alguns princípios nos quais a EC se baseia e que assentam em:

- Eliminação de resíduos;
- Caracterização dos produtos;
- Uso de energia renovável;

O primeiro princípio baseia-se na otimização dos produtos de forma a poderem integrar um ciclo de reutilização e onde é necessário utilizar materiais recuperáveis. Os produtos em final de ciclo serão considerados matéria prima contínua. A eliminação dos resíduos pode ser favorecida através da redução da quantidade de novas matérias primas e da quantidade de energia consumida (Mendes, 2020).

A caracterização dos produtos refere-se à necessidade de distinguir os componentes consumíveis, que têm ingredientes biológicos na sua composição, e que são benéficos para o ambiente na medida em que podem ser devolvidos ao mesmo, e de longa duração que são os mais tecnológicos, ou seja, os que são feitos de metal e plástico, e que devem ser desenvolvidos para a reutilização, de maneira a ter um impacto menos negativo no meio ambiente (EMF, 2013).

A utilização de energia renovável ao longo de toda a cadeia produtiva, constitui um princípio da EC uma vez que é uma maneira de diminuir a dependência dos recursos não renováveis (escassos) e aumentar a resiliência económica do sistema (EMF, 2013).

Numa outra visão, Kirchherr *et al.* (2017) apresenta um artigo com cerca de 114 definições de EC, mesmo este sendo um campo extenso e complexo.

“Uma economia circular descreve um sistema económico que é baseado em modelos de negócios que substituem o conceito do “fim-de-vida” com reduzir, alternativamente reutilizar, reciclar e

recuperar materiais nos processos de produção/distribuição e consumo, desse modo operando ao nível micro, meso e macro, com o objetivo de alcançar o desenvolvimento sustentável, o que implica criar qualidade ambiental, prosperidade económica e equidade social, para o benefício das gerações atuais e futuras.”

In: Kiercherr et al. (2017), pág.225

“A Economia Circular é uma abordagem emergente à produção e ao consumo que permite desenvolver inovação, novos produtos, serviços e novos modelos de negócio, e que assenta num sistema restaurador e regenerativo, que procura preservar a utilidade e valor dos recursos (materiais, energéticos) pelo máximo tempo possível.”

In: IAPMEI (2018)



Figura 1: Princípio básico da Economia Circular

Fonte: IAPMEI (2018)

Apesar de ser um conceito atual, também lhe são apontadas algumas críticas pelos estudiosos à forma de implementação do mesmo na sociedade. Destacam a promoção da circularidade ao invés da eliminação do modelo linear, a falta de visão dos governantes para a implementação da EC e também a falta de previsibilidade no setor de tratamento de lixos (Inigo *et al.* 2019). Outros obstáculos existentes são os elevados custos iniciais, a necessidade de existência de tecnologia avançada e a alteração de comportamento por parte dos consumidores com a introdução de um novo conceito.

Sintetizando, a economia circular é uma forma de projetar e utilizar os recursos dentro dos limites do planeta (EMF, 2019). Pressupõe um processo de mudança com vista a maximizar o ciclo de vida dos produtos e minimizar o desperdício, uma vez que findo o seu ciclo de vida, eles são reutilizados através da reciclagem o que permite criar mais valor (Parlamento Europeu, 2023).

2.2 Sustentabilidade

A Sustentabilidade sempre foi um conceito ecológico com pouca visibilidade, mas que atualmente tem ganho importância e destaque no seio empresarial. Teve origem em discussões sobre a gestão dos recursos renováveis nas diferentes gerações. Tem sido amplamente discutido na literatura, uma vez que é um conceito complexo e ambíguo (Lozano, 2008) e por isso existem diferentes definições para o caracterizar.

Surgiu em 1987 e foi mencionado pela primeira vez na Conferência Mundial sobre o Ambiente e Desenvolvimento (WCED), onde houve uma grande aceitação por todos os países que pertenciam à Comissão.

[...] “um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender as necessidades e aspirações humanas”

In: WCED, 1991

Uma grande contribuição para o aparecimento do conceito foi o Relatório de Brundtland, em 1987, que marcou o aparecimento de diferentes pensamentos sobre o tema e onde surgiram várias definições do mesmo (Baker, 2006). Este documento focava-se nas necessidades da sociedade e preocupava-se em garantir a equidade global para as gerações seguintes, distribuindo recursos pelos mais desfavorecidos de forma a incentivar o crescimento económico (Pisani, 2006).

“O desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades, garantindo o equilíbrio entre o crescimento económico, o cuidado com o ambiente e o bem-estar social”.

In: Relatório de Brundtland, 1987

Após a publicação do relatório, os anos 90 foram marcados pelo aparecimento de novas correntes literárias e pensamentos sobre a Sustentabilidade, tendo este conceito sido integrado nas agendas políticas internacionais.

De acordo com o relatório “*Our common future*” (1987) da Comissão Mundial do Ambiente e Desenvolvimento da ONU, entende-se Sustentabilidade como sendo a capacidade de satisfazer necessidades atuais sem comprometer as das gerações futuras. Este relatório alertava para as consequências ambientais negativas do desenvolvimento económico e também procurava solucionar os problemas da industrialização e crescimento demográfico (BCSD, n.d).

A BCSD Portugal define ainda a Sustentabilidade como “A capacidade de satisfazer as nossas necessidades no presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (BCSD, n.d). Caracteriza-a em três dimensões - económica, social e ambiental - de forma a conseguirem um benefício duradouro.

A dimensão económica enfatiza a eficiência da atividade económica e a viabilidade das organizações e respetivas atividades. De forma a tornar-se sustentável, é necessário que tenha uma visão a longo prazo, uma vez que necessita de grandes investimentos.

A dimensão social foca-se nos direitos humanos e na igualdade de oportunidades de todos os indivíduos numa sociedade. Nesta dimensão impera uma sociedade com inclusão social e distribuição equitativa de bens para erradicar a pobreza. Num contexto empresarial, podemos assistir a esta equidade nas estruturas internas e externas de uma empresa (colaboradores e *stakeholders*).

A dimensão ambiental caracteriza-se pela conservação dos recursos naturais, principalmente dos não renováveis e com isto obrigar as empresas a pensarem sobre como utilizam os seus recursos e quais os impactos no meio ambiente. Para isso, é importante estabelecer algumas medidas, entre as quais: preservar a biodiversidade, promover a produção e consumo responsáveis e melhorar a qualidade do ambiente (BCSD, n.d).

Através da leitura do artigo “*Sustainability Indicators Measuring the Immeasurable?*”, os autores Bell e Morse (2008, p10) citam algumas definições gerais de Sustentabilidade, entre elas:

“... the capacity of a system to maintain output at a level approximately equal to or greater than its historical average, with the approximation determined by the historical level of variability.” (Lynam and Herdt, 1989)

“... maximizing the net benefits of economic development, subject to maintaining the services and quality of natural resources over time.” (Pearce and Turner, 1990)

“The sustainability of natural ecosystems can be defined as the dynamic equilibrium between natural inputs and outputs, modified by external events such as climatic change and natural disasters.” (Fresco and Kroonenberg, 1992).

In: Bell e Morse, 2008

Os autores Freil e Schreiber (2017) desenvolveram um conceito de Sustentabilidade baseado na qualidade ambiental e abrange aspetos económicos, ambientais e sociais. Os mesmos argumentam ainda que “A Sustentabilidade compreende um equilíbrio e as interações mútuas entre o objeto e o seu ambiente de apoio, sem efeitos prejudiciais a ambos” (Freil e Schreiber, 2017).

Na visão de Froehlich (2014) o conceito de Sustentabilidade está relacionado com o equilíbrio entre o desenvolvimento económico de uma empresa e a preservação do meio ambiente, enquanto se foca no ser humano, e na utilização de recursos de forma cuidada. Afirmar ainda que a Sustentabilidade é valorizar o meio ambiente e os seres vivos em vez de os destruir, é reconhecer os interesses e necessidades das partes envolvidas fortalecendo a ligação entre estas (Froehlich, 2014).

A Sustentabilidade deve preocupar-se com a conservação e preservação dos recursos naturais, como também com a sociedade e o crescimento económico. Necessita de um equilíbrio entre o ponto de vista económico e o meio ambiente (Silva & Quelhas, 2006).

Contudo, segundo Elkington (1994) foi através da mudança de atitude dos consumidores e da sua preocupação por assuntos relacionados com o meio ambiente e sustentabilidade, que as empresas começaram a encarar este tema como um desafio competitivo e estratégico, levando-as a adotarem medidas apropriadas, como a análise do ciclo de vida do produto, auditorias ambientais e relatórios ambientais.

A Sustentabilidade está relacionada com a existência de um equilíbrio entre os objetivos económicos, sociais e ambientais, o denominado *Triple Bottom Line*, em que as empresas devem adotar medidas sustentáveis ao mesmo tempo que expandem o seu crescimento económico e melhoram a qualidade dos seus produtos e serviços (Szekely *et al.* 2005).

Atualmente, para o sucesso de qualquer empresa, é importante a adoção de uma estratégia sustentável. Tais medidas não deverão constar apenas em papel, existindo a necessidade de as colocar em prática, integrando-as e implementando-as na estratégia de negócio da empresa (Dey & Sircar, 2012).

Sumarizando, o conceito de Sustentabilidade assenta na perspetiva futura, ou seja, existem necessidades atuais que para serem satisfeitas têm de equacionar as limitações e as necessidades das gerações futuras, considerando os objetivos do *Triple Bottom Line*.

3. Apoios da União Europeia à economia circular em Portugal

A maneira como as sociedades utilizam os recursos naturais para satisfazerem as suas necessidades tem-se tornado cada vez menos sustentável.

A posição da União Europeia em relação à Economia Circular retorna a alguns anos atrás quando o principal objetivo era dissociar o consumo de recursos do crescimento económico. Nesta altura, persistia a ideia de que a EC era um assunto apenas relacionado com as políticas ambientais, ao que aos olhos da Comissão Europeia não era uma questão prioritária (EMF, 2020b). Ainda assim, alguns Estados Membros empenharam-se em colocar o tema da EC na agenda do crescimento económico e em 2015 foi publicado o Plano de Ação para a Economia Circular, pela Comissão Europeia, que se centrava no crescimento económico sustentável e no aumento da competitividade (Comissão Europeia, 2015).

O Plano de Ação para a Economia Circular «para uma Europa mais limpa e competitiva» remonta a março de 2020 quando a Comissão Europeia implementou várias medidas que asseguravam produtos mais duradouros e escolhas mais sustentáveis por parte dos consumidores (Conselho Europeu, 2020). Este Plano de Ação visa cumprir a ideia do Pacto Ecológico Europeu, com um impacto neutro no clima e eficiente na

utilização dos recursos. O objetivo deste é garantir que a UE continue a liderar a EC a nível mundial, tanto na produção como no consumo sustentável (Comissão Europeia, 2020c). A transição da UE para uma EC irá reduzir a pressão sobre os recursos naturais e contribuir para o crescimento sustentável. Tem como principais objetivos tornar os produtos sustentáveis segundo a norma da UE, capacitar os consumidores e adquirentes públicos, garantir menos desperdício, liderar esforços globais na EC, entre outros (Comissão Europeia, 2020c).

O Pacto Ecológico Europeu pretende “proteger, conservar, e reforçar o capital natural da UE e proteger a saúde e o bem-estar dos cidadãos contra riscos e impactos relacionados com o ambiente” (Comissão Europeia, 2019).

Este Pacto surgiu como resposta aos desafios climáticos e ambientais. Ambiciona transformar a UE numa sociedade equitativa, competitiva e inclusiva, eficiente na utilização de recursos e provida de uma economia moderna, de forma a que em 2050 obtenha um crescimento económico dissociado da utilização de recursos e também que atinja zero emissões líquidas de GEE (Comissão Europeia, 2019). É uma parte integrante para a execução da Agenda 2030 e da concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

A assinatura do Acordo de Parceria Portugal 2030 para o período de 2021-2027 reforça a transformação baseada na qualificação dos recursos humanos, na inovação digital e na sustentabilidade. A EC surge segundo vários objetivos estratégicos do Portugal 2030, entre os quais “Portugal mais verde”, que pretende acompanhar a emergência climática através do apoio à EC com métodos de produção mais sustentáveis, a transição para uma economia sustentável e com impacto neutro no clima e ainda os apoios económicos e ambientais centrados nas necessidades das pessoas (XXIII Governo da República Portuguesa, 2022).

4. Apoios da União Europeia ao setor da saúde em Portugal: programa saúde 2021-2027

O Programa UE pela Saúde afirma com clareza que a saúde pública é uma prioridade para a UE, consistindo num dos principais instrumentos para abrir caminho a uma União Europeia da Saúde (Comissão Europeia, 2021a).

O Programa UE pela Saúde foi adotado em resposta à pandemia de COVID-19 e também para solidificar a preparação para situações de crise na UE, uma vez que esta pandemia evidenciou a fragilidade dos sistemas nacionais de saúde. Este programa contribui para a criação de sistemas de saúde mais fortes, resilientes e acessíveis face aos desafios da saúde a longo prazo. Assim como outras áreas, o ramo da saúde também é um investimento e por isso necessita de financiamentos. Com um orçamento de 5,3 mil milhões de euros no período 2021-2027, este programa da UE compreende um apoio financeiro da UE, sem precedentes na área da saúde (Comissão Europeia, 2021a).

O Programa assegura um valor acrescentado da UE e complementa as políticas dos Estados Membros para a obtenção de quatro objetivos gerais, as metas do programa, e ainda dez objetivos mais específicos (domínios de intervenção):

- Melhorar e promover a saúde: Promoção da saúde e prevenção das doenças, em especial do cancro e iniciativas internacionais no domínio da saúde e cooperação.
- Proteger as pessoas: Prevenir, preparar e responder a ameaças sanitárias transfronteiriças, complementar as reservas nacionais de produtos essenciais importantes em situações de crise e criar uma reserva de pessoal médico, de outros profissionais da saúde e pessoal de apoio.
- Permitir o acesso a medicamentos, dispositivos médicos e produtos importantes em situações de crise: garantir que estes produtos são acessíveis, disponíveis e a preços razoáveis.
- Reforçar os sistemas de saúde: Consolidar os dados de saúde, as ferramentas e serviços digitais e a transformação digital dos cuidados de saúde, melhorar o acesso aos cuidados de saúde, elaborar e aplicar a legislação da UE no domínio da saúde e tomar decisões fundamentadas e trabalhar de forma integrada nos sistemas nacionais de saúde. (Comissão Europeia, 2021a).

Em Portugal, o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) é um programa com um período de execução até 2026 e implementa um conjunto de reformas e investimentos que permite ao país reforçar o crescimento económico. O PRR apresenta três dimensões importantes: a resiliência, a transição climática e a transição digital (XXII Governo da República Portuguesa, 2021).

Atendendo ao tema desta dissertação, darei destaque à dimensão da resiliência onde se inclui o ramo da saúde, mais concretamente o Sistema Nacional de Saúde (SNS). Na dimensão resiliência foram consideradas 9 componentes, entre elas a área da saúde, com vista a reforçar a resiliência social e económica, principalmente. A mesma concentra cerca de 67% dos investimentos previstos no PRR nacional.

Relativamente ao SNS, o objetivo desta componente é reforçar a capacidade do mesmo de forma a responder a mudanças demográficas e epidemiológicas do país, assim como à tendência de custos crescentes na saúde. Os investimentos neste setor centram-se mais na resposta a cuidados de saúde primários, reforço de equipamentos hospitalares, transição digital de saúde, entre outros. (XXII Governo da República Portuguesa, 2021).

Adotada em novembro de 2020, a Estratégia Farmacêutica para a Europa tem como finalidade criar um quadro regulamentar preparado para o futuro, assim como apoiar a indústria na promoção da investigação e das tecnologias que cheguem aos doentes para satisfazer as suas necessidades terapêuticas e, ao mesmo tempo, colmatar as falhas do mercado. Também tem em conta as fragilidades reveladas pela pandemia Covid-19 e assegura as medidas adequadas para reforçar o sistema (Comissão Europeia, 2020a).

Assenta em quatro pilares que incluem medidas legislativas e não legislativas:

- Garantir o acesso dos doentes a medicamentos a preços comportáveis e dar resposta a necessidades médicas não satisfeitas;
- Apoiar a competitividade, a inovação e a sustentabilidade da indústria farmacêutica da UE e o desenvolvimento de medicamentos de elevada qualidade, seguros, eficazes e mais ecológicos;
- Reforçar os mecanismos de preparação e resposta a situações de crise, cadeias de abastecimento diversificadas e seguras, fazer face à escassez de medicamentos;

- Garantir uma presença forte da UE no mundo ao promover um elevado nível das normas de qualidade, eficácia e segurança (Comissão Europeia, 2020a).

Assim como todos os setores, também o setor farmacêutico enfrenta alguns desafios. Todos os cidadãos na UE desejam beneficiar da igualdade de acesso a terapias seguras, modernas e a preços comportáveis. Os medicamentos desempenham um papel relevante neste contexto, uma vez que proporcionam opções terapêuticas para o diagnóstico, o tratamento e a prevenção de doenças. O setor farmacêutico da Europa dá um dos principais contributos para a economia da UE através da criação de empregos altamente qualificados e do investimento na inovação (Comissão Europeia, 2020a).

A digitalização e a inovação na utilização de dados reais remetem para novas possibilidades na forma como os medicamentos são concebidos e utilizados. No entanto, na Europa, as terapias inovadoras não chegam a todos os doentes ao mesmo ritmo e estes podem não ter acesso aos medicamentos de que necessitam devido a situações de escassez. O aparecimento da pandemia de Covid-19 mostrou a importância de dispormos de um sistema resistente à crise e de assegurarmos a disponibilidade de medicamentos em todas as circunstâncias.

Porém, com o envelhecimento da população europeia, a UE enfrenta um problema crescente de doenças e ameaças emergentes para a saúde. Além disso, os sistemas de saúde e os doentes revelam dificuldade em suportar os custos dos medicamentos. A UE está também a tornar-se cada vez mais dependente de países terceiros para a importação de medicamentos e dos seus princípios ativos. Outros motivos de preocupação são problemas como a resistência aos antimicrobianos e a sustentabilidade ambiental dos medicamentos (Comissão Europeia, 2020a).

5. Rede de farmácias em Portugal

A responsabilidade social de uma empresa é descrita como “a integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das empresas nas suas operações e na sua interação com outras partes interessadas” (CCE, 2001).

As farmácias comunitárias portuguesas são um pilar fundamental para a saúde pública uma vez que, muitas vezes, são a “porta de entrada” das pessoas para o sistema de saúde (Entrevista ao Dr. Luís Figueiredo- Diretor Geral da Valormed, 2024). Direccionam a sua atividade profissional para o serviço à comunidade, criando condições de saúde para a sociedade (Duarte *et al.* 2007).

No nosso país, o setor farmacêutico é regulamentado por uma legislação específica, à semelhança do que acontece com outros países europeus (Rodrigues *et al.* n.d). É um setor estratégico e um impulsionador de crescimento do PIB quando comparado com outras indústrias, bem como um forte potencial em I&D. Contudo, a reforma da legislação farmacêutica da UE leva a que seja o governo a ter a responsabilidade e a garantir o acesso a medicamentos inovadores para os cidadãos nacionais e, desta forma, contribuir para a melhoria da saúde pública (Jacinto, 2024).

5.1 Valormed

Formada a 25 de outubro de 1999, a Valormed é uma sociedade sem fins lucrativos que assume a responsabilidade da gestão de resíduos de embalagens vazias e de medicamentos fora de prazo e de uso com origem doméstica através do Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens e Medicamentos (SIGREM). Àquela data, para além da legislação europeia e nacional passar a exigir a criação de fileiras para um determinado tipo de resíduos, a indústria farmacêutica tomou iniciativa e criou a sua própria fileira de resíduos e convidou uma associação de grossistas, a GROQUIFAR que era a única que existia e da qual faziam parte os *full liners*. (Dr. Luís Figueiredo, 2024)

A Valormed disponibiliza a toda a sociedade, por meio de contentores instalados em farmácias comunitárias e Locais de Venda de Medicamentos Não Sujeitos a Receita Médica (LVMNSRM), uma forma segura e eficaz de reciclagem de medicamentos fora de uso e de prazo de validade que têm nos seus domicílios. A partir da receção nas

farmácias, a Valormed recolhe seletivamente todos os resíduos depositados e assegura um processo de triagem e incineração ou reciclagem, de modo a preservar o meio ambiente. A criação de um sistema de gestão específico para este tipo de resíduos veio responder ao desafio de implementar um sistema autónomo de recolha e tratamento de resíduos de medicamentos, levando a um processo seguro uma vez que este sistema de recolha não está acessível como qualquer outro resíduo urbano, contribuindo para a proteção da saúde pública e para a preservação do meio ambiente.

No mercado, a Valormed assume vários posicionamentos, entre eles o da sustentabilidade, pluralidade e transparência. Segundo “a linha” desta dissertação importa ressaltar o pilar da sustentabilidade, não diminuindo a importância de todos os outros.

Este valor, nas palavras do Dr. Luís Figueiredo, prende-se em recolher os restos de medicamentos gerados a nível domiciliário de forma a tornar o mundo mais sustentável. O depósito indevido dos mesmos em lixos comuns tem consequências que tornam o meio ambiente insustentável. Também o vazamento em lavatórios faz com que estes resíduos não terminem o seu ciclo nas Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), que não estão preparadas nem foram dimensionadas para os reter e tratar. Por isso, a Valormed preocupa-se em tornar o ambiente sustentável de forma a precaver o futuro das próximas gerações.

Os resíduos de embalagens vazias e os medicamentos fora de uso ou de prazo de validade entregues pelos cidadãos, são considerados a face mais visível da Valormed. Ao mesmo tempo que garantem o cumprimento dos objetivos do SIGREM, os colaboradores que aí exercem a sua atividade profissional são instruídos para sensibilizarem e esclarecerem os cidadãos acerca do destino que deve ser dado aos produtos que foram adquiridos quando se tornam resíduos.

Os distribuidores farmacêuticos garantem a logística operacional a partir dos pontos de recolha aproveitando, de forma integrada e otimizada, os circuitos de distribuição de medicamentos. É utilizado um sistema de logística inverso em que os distribuidores que transportam os medicamentos encomendados até às farmácias regressam com os resíduos dos contentores, ou seja, é utilizado o mesmo canal para a distribuição dos medicamentos, para a entrega dos contentores vazios e para a recolha dos

contentores cheios, o que desta forma contribui para a redução do consumo de combustíveis fósseis, bem como da pegada ecológica ambiental.

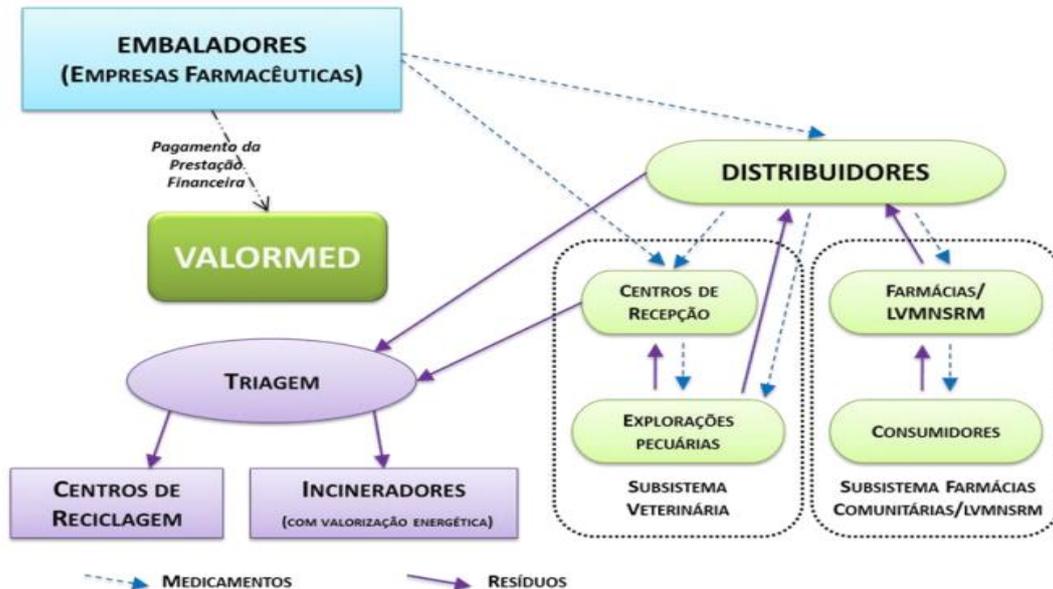


Figura 2: Funcionamento do SIGREM e Fluxos dos medicamentos e resíduos

Fonte: Relatório de atividades Valormed 2023, p.7

Quando atingem o limite máximo de medicamentos, os contentores são selados pelos pontos de recolha e entregues aos distribuidores que os transportam e conservam em contentores. Após uma determinada quantidade de resíduos, os mesmos são transportados até um centro de triagem por um operador de gestão de resíduos e aí são separados, classificados e entregues aos gestores de resíduos a quem é atribuída a responsabilidade de reciclar (papel, plástico e vidro) ou incinerar (resíduos de medicamentos).

Esta sociedade aposta, não só em campanhas e publicidade, mas também utiliza as redes sociais para incentivar as pessoas a entrarem neste sistema e sensibilizá-las para temas relacionados com esta temática da EC e Sustentabilidade nos medicamentos.

Ao longo dos anos a quantidade de resíduos que são depositados tem vindo a aumentar, sendo o valor mais atual de 1171,73 toneladas, referente ao ano de 2023, ou seja, a sociedade tem aderido cada vez mais a este sistema.

Atualmente, a sociedade Valormed conta com cerca de 98% de farmácias aderentes a este sistema.

6. Metodologia

Um dos principais aspetos num trabalho de investigação é a escolha da metodologia do mesmo. Esta investigação baseia-se no estudo de caso através de pesquisa qualitativa. Um estudo de caso é uma abordagem metodológica e é um dos principais sustentos de um trabalho de investigação.

A pesquisa referida é caracterizada pelo contato com pessoas e locais, constituindo assim, o objeto de pesquisa de forma a retirar conclusões que só são possíveis nestes contextos. Neste estudo foram utilizados dois métodos de pesquisa:

Primeiramente foi solicitada ao Diretor Geral da Valormed, Dr. Luís Figueiredo, uma entrevista, estruturada e elaborada pela autora, com o objetivo de entender o propósito e a finalidade do depósito de resíduos nos contentores assim como alguns aspetos mais específicos sobre esta sociedade que é a Valormed. Esta entrevista enquadra-se numa entrevista semiestruturada uma vez que *“os temas tendem a ser mais específicos e são organizados a partir de questões”* e onde o guião de entrevista apenas foi utilizado como um instrumento de gestão, permitindo ao entrevistado falar abertamente e da forma que se sentir mais à vontade (Tavares, 2017).

Para complementar esta entrevista, este estudo focou-se em abordar e inquirir pessoas e entidades do setor farmacêutico, por meio de questionários a diferentes farmácias comunitárias de diferentes zonas geográficas do país sobre o depósito de medicamentos não utilizados e/ou fora do prazo de validade nos contentores existentes nas farmácias para o efeito.

Esta metodologia foi escolhida, não só pela oportunidade de estabelecer contato com especialistas na área, mas também por ser uma forma prática de entender melhor este ramo da saúde e todos os processos que não são visíveis para os cidadãos. Foram inquiridas, aleatoriamente, 150 farmácias das 3136 que compõem a lista com as características já mencionadas com o intuito de compreender a perspetiva das farmácias em relação a este tema.

Desta forma, conseguiu-se aumentar o conhecimento sobre este tema ainda pouco debatido, verificar a pertinência deste estudo e recolher contributos com profissionais da área. Após a recolha de respostas por parte de ambas as entidades, foi feita uma análise dos dados de modo a perceber e conhecer melhor os pontos de vista de todos os inquiridos.

O primeiro método utilizado distingue-se do questionário pelo facto de existir comunicação verbal entre o entrevistador e o entrevistado, ao invés do questionário em que foi o próprio inquirido que registou as suas respostas, tendo o único contato sido a solicitação de resposta ao mesmo, via e-mail.

6.1. Análise e discussão de resultados

6.1.1 Análise da entrevista ao Diretor Geral da Valormed

A realização da entrevista (Anexo I) ao Diretor Geral da Valormed, Dr. Luís Figueiredo, possibilitou a recolha de dados descritivos na primeira pessoa e focou-se em perceber a maneira como os medicamentos fora de prazo e as suas embalagens podem ser integrados num processo de Economia Circular e também em entender de que forma as farmácias contribuem para tal. Assim formularam-se três objetivos principais:

1. Conhecer o destino final dos medicamentos recolhidos nas farmácias e das suas embalagens;
2. Perceber o papel das farmácias na sensibilização de pessoas para a aderência a esta terapêutica;
3. Indagar as perspetivas futuras da empresa.

Após a transcrição da entrevista, fez-se uma análise da mesma com o intuito de recolher ilações, tendo por base uma lógica explicitada, a partir de questões escritas. Segundo Guerra (2006), “a análise de conteúdo tem uma dimensão descritiva que visa dar conta do que nos foi narrado e uma dimensão interpretativa que decorre das interrogações do analista face a um objeto de estudo” (Monteiro, 2011).

Numa abordagem inicial, foi importante começar por esclarecer uma das questões consideradas mais relevantes desta entrevista que se prendia em saber como e o porquê de ter surgido o conceito de Economia Circular nesta área. De uma maneira geral, ficou esclarecido que não são os medicamentos que entram num processo de EC, mas sim as embalagens de cartão, os folhetos informativos, bisnagas, frascos e alguns acessórios de administração que possam vir a acompanhar o medicamento, e daí a necessidade de devolver tudo à Valormed através do depósito em contentores próprios para o efeito.

A questão seguinte abordou outro tema deste trabalho de investigação, nomeadamente o da sustentabilidade, de forma a perceber o posicionamento da empresa em relação ao mesmo. A empresa defende este posicionamento uma vez que só com o depósito de medicamentos nos locais devidos é que se consegue evitar consequências insustentáveis para o ambiente e, consequentemente, para a sociedade.

Tal como abordado na primeira questão da entrevista, não são os medicamentos que entram no processo de EC, mas sim as embalagens destes. Nesta entrevista salientou-se a importância de devolver também as embalagens e os folhetos dos medicamentos, não só porque são recicladas e novamente introduzidas na EC, mas também para evitar falsificações de medicamentos.

Quando questionado sobre os incentivos que a Valormed fornece às farmácias para estas apelarem aos cidadãos para o depósito de medicamentos nos contentores, salientou-se a não existência de incentivos financeiros e somente a “publicidade” ao sistema de recolha através de publicações periódicas nas redes sociais. Acerca do posicionamento dos contentores de recolha dentro das farmácias, não há regras para tal e por isso é da responsabilidade das mesmas colocá-lo num sítio visível, mas não acessível aos cidadãos para evitar que possa haver situações de procura de alguns medicamentos ainda dentro do prazo. Nas palavras do Dr. Luís Figueiredo, “Infelizmente não são muitas as farmácias que informam e incentivam o cliente a trazerem os resíduos após a utilização”.

Relativamente à satisfação da empresa sobre o serviço que presta à comunidade, o Dr. Luís Figueiredo referiu que ainda há muito trabalho por fazer uma vez que nem 20% daquilo que é colocado no mercado é depositado, situação que também se deve ao prazo alargado dos medicamentos e por isso podem não ser depositados no ano em que foram comprados. Contudo, a recolha de medicamentos tem aumentado de ano para ano, o que é um balanço positivo. Estes dados dependem sempre da adesão dos cidadãos à campanha e por isso é necessário continuar o trabalho de sensibilização que tem sido feito.

Com a pergunta nº 9 da entrevista direcionada sobre a recolha dos contentores das farmácias, percebeu-se que o transporte funciona através da logística inversa, ou seja, não há um dia certo para fazer a recolha, mas sim quando os contentores estão cheios ou quando os distribuidores vão entregar medicamentos às farmácias e aproveitam para

esvaziar os mesmos, de forma a utilizar o transporte uma vez para várias finalidades, o que contribui para a sustentabilidade e para a diminuição da pegada ecológica.

Na parte final da entrevista, quando inquirido sobre o posicionamento de Portugal em relação a outros países a nível mundial, o Dr. Luís Figueiredo referenciou que há partilha de experiências com outros países que também possuem ou não sistemas integrados e que Portugal está bem posicionado em relação a outros países europeus, mas apresenta valores inferiores quando comparado com países de outros continentes.

6.1.2 Análise do questionário às farmácias

O questionário é um conjunto de questões escritas que se dirigem a um conjunto de pessoas, os inquiridos, e que pretendem obter variadas respostas. A elaboração deste questionário iniciou-se com o estudo de algumas informações que se pretendia obter, seguiu-se a elaboração e preparação das questões a colocar através do instrumento de recolha de dados e por fim remeteu-se o questionário para os inquiridos.

Para este estudo elaborou-se um questionário com 5 perguntas de escolha múltipla, 2 perguntas de resposta curta e 1 pergunta de resposta longa, totalizando 8 perguntas de carácter obrigatório. Por fim, e não tendo sido de carácter obrigatório, colocou-se um espaço de resposta para eventuais comentários/observações por parte dos inquiridos.

Foram enviados questionários, via e-mail, a 150 farmácias a solicitar a colaboração neste estudo através da resposta ao mesmo, durante cerca de 1 mês e obtiveram-se apenas 25 respostas.

Da análise aos questionários aplicados às Farmácias Comunitárias para identificar de que forma o processo de recolha de medicamentos era realizado, naquela farmácia em específico, obtiveram-se os seguintes resultados:

- 1.** A primeira pergunta de resposta curta foi sobre o distrito em que a farmácia se localizava. Dos 18 distritos existentes em Portugal Continental, apenas se conseguiu obter respostas de farmácias de 11 distritos. Desses 11 distritos destaca-se o distrito de Coimbra com um total de 5 respostas, seguido de Castelo Branco e Lisboa com 4 respostas e o distrito da Guarda com 3 respostas. Por fim, com 2 respostas evidenciam-se os distritos de Beja e Viseu e apenas com 1 resposta os restantes 5 distritos em estudo.

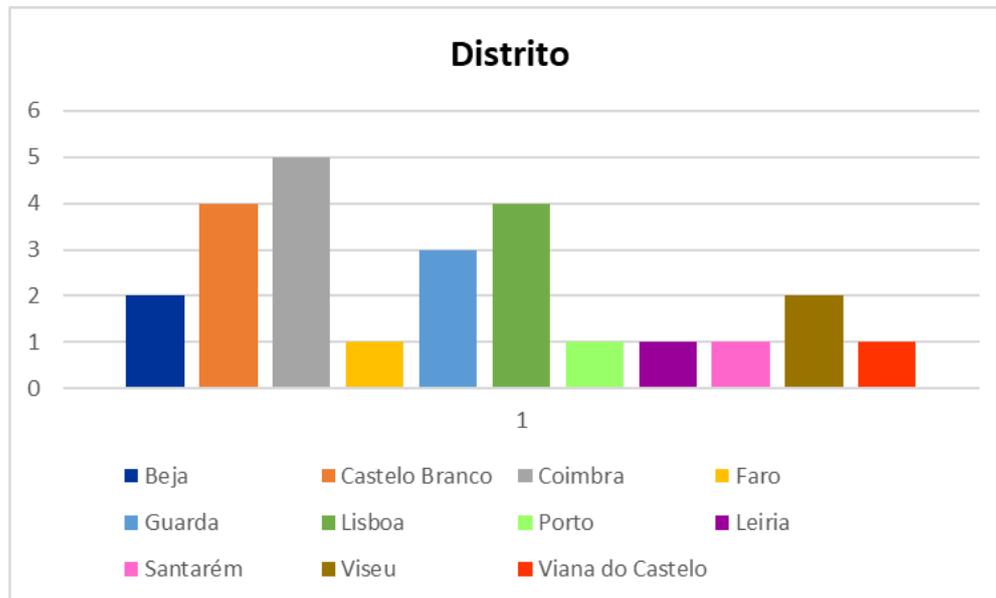


Figura 3: Localização da farmácia

Fonte: Elaborado pela autora

- A segunda pergunta deste questionário foi a pergunta de resposta longa em que se questionou as farmácias sobre o porquê de se terem associado a esta campanha. Foram respostas todas diferentes, uma vez que não era uma pergunta de escolha múltipla, na qual quase todas abordam a temática do meio ambiente, da sustentabilidade e da saúde pública. Algumas dessas respostas foram: “Para contribuir para uma correta reciclagem dos medicamentos fora de validade ou que já não vão ser utilizados”, “Para que não se deitam restos de medicamentos e embalagens no lixo comum”, “Para a preservação do ambiente e pela proteção da saúde pública”, “Para garantir o correto tratamento dos resíduos dos medicamentos”, “Porque é importante os resíduos dos medicamentos terem um tratamento adequado e não irem para o lixo comum”, “Para promover o circuito de medicamentos e embalagens”, “Porque é um dever de todos e de cada um contribuir para a sustentabilidade”, entre outras.
- Quando questionados sobre o facto de a Valormed os persuadir a motivar o cliente a contribuir para esta recolha, as respostas foram um pouco díspares. Numa escala de 1 a 5, onde o 1 significa nada e o 5 sempre, quase metade das farmácias (48%)

responderam sempre, mas também se obtiveram respostas de quase sempre (12%), algumas vezes (16%) e quase nada (24%).

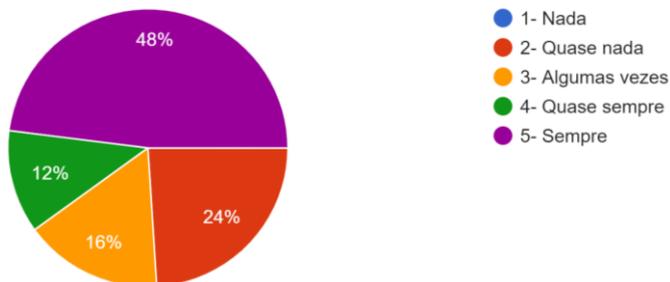


Figura 4: Sensibilização à farmácia por parte da Valormed

Fonte: Elaborado pela autora

4. Em relação ao grau de visibilidade do contentor na farmácia, que é da responsabilidade das farmácias, nas respostas obtidas salienta-se a opção de o contentor estar totalmente visível (32%), precedem-se as opções muito visível e parcialmente visível (24%) e por fim 20% das farmácias respondeu que o contentor não está nada visível.

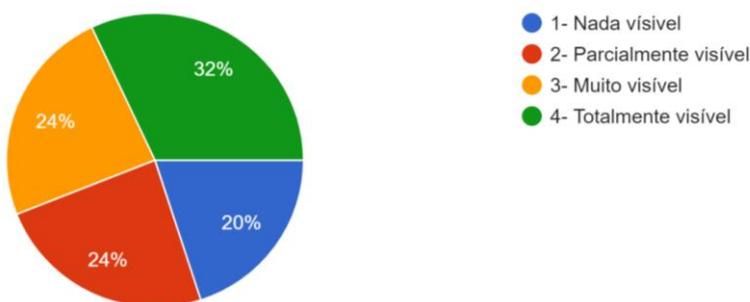


Figura 5: Visibilidade do contentor na farmácia

Fonte: Elaborado pela autora

5. No seguimento da pergunta anterior, na questão número 5 conseguimos ter uma perceção de se a visibilidade do contentor na farmácia condiciona ou não o depósito de medicamentos por parte das pessoas. 52% das farmácias responderam que não, ou seja, não são da opinião que a exposição do contentor influencie as pessoas enquanto que as outras 48% acha que essa exposição influencia.

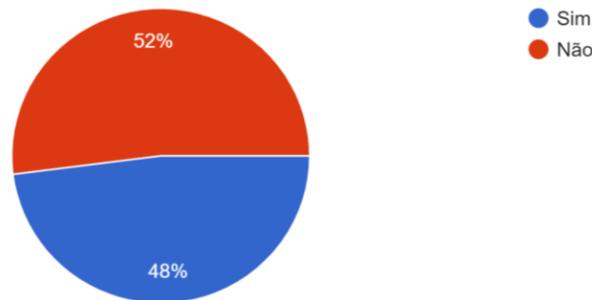


Figura 6: Condicionamento do depósito de medicamentos

Fonte: Elaborado pela autora

6. Acerca do conhecimento dos cidadãos sobre a existência destes contentores, quase todas as farmácias responderam positivamente (92%) e somente 8%, que neste caso corresponde a 2 farmácias, é que assumiram o desconhecimento das pessoas no que diz respeito a esta modalidade.

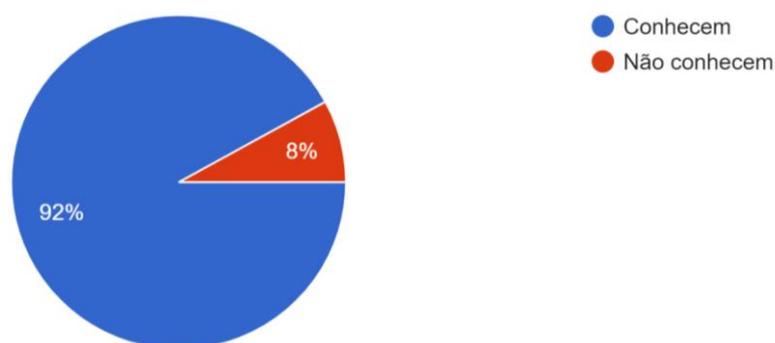


Figura 7: Conhecimento por parte dos cidadãos

Fonte: Elaborado pela autora

7. Todas as farmácias responderam que há total adesão das pessoas a esta prática de depósito de medicamentos fora de uso e de prazo de validade.



Figura 8: Adesão dos cidadãos

Fonte: Elaborado pela autora

8. Na questão sobre a frequência com que os contentores eram recolhidos, as respostas foram um pouco diferentes, podendo este resultado estar relacionado com a localização geográfica da farmácia e consequentemente com o número de pessoas que contribuíram para esta prática. Das 25 farmácias em estudo, 5 não disseram um valor concreto, apenas que a recolha é feita quando os mesmos se encontram cheios. A resposta mais frequente foi “1x p/semana”, alcançando um total de 8 farmácias distintas.

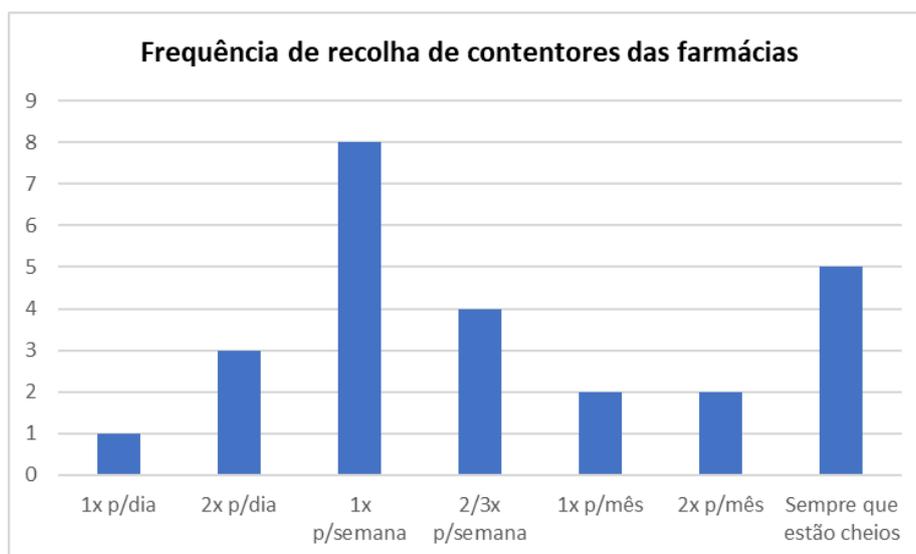


Figura 9: Frequência da recolha de contentores das farmácias

Fonte: Elaborado pela autora

- 9.** Findas as questões obrigatórias, as farmácias tiveram a possibilidade de deixar comentários/observações sobre o trabalho que a Valormed realiza. Unicamente 4 das 25 farmácias expuseram o seu contributo onde se destacam: “Os laboratórios podiam colocar informação na cartonagem, para depositar no contentor VALORMED, contribuindo assim para aumentar a adesão por parte dos utentes. Haver mais iniciativas de divulgação da missão VALORMED nas escolas, centros de dia, lares.” e “para o meio onde a farmácia está inserida (rural e aldeia) há uma boa adesão da população à campanha da Valormed. Costumamos ter ações de sensibilização ao longo do ano, com montras e intervenções nas escolas. Até recebemos no ano passado o prémio ambiente da Valormed.”.

7. Conclusões

A utilização de modelos orientados pela Economia Circular facilita e melhora a gestão de recursos e contribui para o impacto ambiental positivo. É notório que este é um modelo de desenvolvimento sustentável, uma vez que é visível a redução da quantidade de resíduos produzidos visto que os mesmos são reintroduzidos no processo de produção.

A área da Economia Circular tem vindo a ganhar maior destaque e por isso está incluída nas prioridades de investimento da União Europeia. Estes investimentos também abrangem Portugal a vários níveis sendo um dos principais objetivos a transição para uma economia mais sustentável.

O setor da saúde, e em particular o setor farmacêutico, também é referenciado como uma das prioridades de investimento da União Europeia de forma a ser possível o acesso a medicamentos por parte de todos os cidadãos.

Neste estudo de caso a decisão de realizar a entrevista e posteriormente questionários a farmácias comunitárias teve como intuito fazer algumas perguntas iguais às diferentes instituições de forma a perceber os pontos de vista de ambas as partes e perceber as diferentes respostas que poderiam surgir.

Uma das dificuldades sentidas na realização deste estudo foi, inicialmente a elaboração de ambos os meios de contacto com as instituições, e posteriormente a falta de respostas por parte das farmácias. Perante este obstáculo, a amostra em estudo foi mais pequena do que aquilo que inicialmente foi planeado.

Face às respostas aos questionários solicitados às farmácias, de um modo geral, percebeu-se que a prática de entrega e depósito de medicamentos fora e uso e validade nas farmácias tem tido cada vez mais adesão por parte das pessoas, o que leva à contribuição da continuidade do processo produtivo neste setor. Todas as farmácias inquiridas salientaram a importância desta prática para o impacto positivo do meio ambiente e afirmaram continuar a sensibilizar as pessoas que ainda não aderiram à dinâmica.

A Valormed, até ao dia de hoje, está satisfeita com os resultados alcançados e preocupa-se em continuar este trabalho de forma consciente e inovadora.

Numa ótica futura, a Valormed perspetiva e deseja que exista mais recolha e mais atitudes conscientes por parte das pessoas de forma a que a ação individual presente se reflita nas gerações futuras da melhor maneira.

Referências Bibliográficas

- Aguiar, A. (2015). Gestão da Farmácia orientada para a Maximização sustentável de Valor. Tese de Doutoramento. Universidade de Coimbra.
- Alhaddi, H. (2015) Triple Bottom Line and Sustainability: A Literature Review. *Business and Management Studies*, 1(2), 6–10.
- André, A. (2022). Economia Circular e os apoios da União Europeia: o setor da fabricação de resinosos e seus derivados. Dissertação de Mestrado. ISEG- Universidade de Lisboa.
- Astrolábio. (2021). 5º Guia de Boas Práticas- Economia Circular e Sustentabilidade. Master Export
- Araújo, D. (2018). Economia Circular- avaliação do ciclo de vida em dois produtos Efacec. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho.
- Baker, S.(2006). *Sustainable Development* (First ed.). US e Canada: Routledge.
- BSCD (2017). Incentivos e apoios financeiros para uma economia inteligente, sustentável e inclusiva até 2020. Portugal.
- BCSD. (n.d) O que é a sustentabilidade?. Portugal.
- Bell, S. e Morse, S. (2008). *Sustainability Indicators. Measuring the Immeasurable?* Second edition, London, Earthscan Publications.
- Berardi, P., Dias, J. (2018). O Mercado da Economia Circular. *Gvexecutivo*, v 17, n 5, set/out 2018, fundação Getulio Vargas, 34-37.
- Butlin, J. (1989) Development an international economic co-operation: Environment report of the world commission on environment and development. *Journal of International Development*, 16-18.
- CIRAIG. (2015). Circular Economy: A critical literature review of concepts. *Polytrchnique Montréal*, 1-36.
- Comissão das Comunidades Europeias (2001). LIVRO VERDE: Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas, 7.

Comissão Europeia. (2015). Fechar o ciclo – plano de ação da UE para a economia circular. Bruxelas.

Comissão Europeia (2015). Comunicação da Comissão: Closing the loop: Commission adopts ambitious new Circular Economy Package to boost competitiveness, create jobs and generate sustainable growth. Bruxelas.

Comissão Europeia (2019). Comunicação da Comissão: Pacto Ecológico Europeu. Bruxelas. Disponível em: https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:b828d165-1c22-11ea-8c1f-01aa75ed71a1.0008.02/DOC_1&format=PDF

Comissão Europeia (2020a). Estratégia Farmacêutica para a Europa. Disponível em: https://health.ec.europa.eu/medicinal-products/pharmaceutical-strategy-europe_pt

Comissão Europeia (2020b). Plano de ação para a economia circular. Bruxelas. Disponível em: https://environment.ec.europa.eu/strategy/circular-economy-action-plan_en

Comissão Europeia (2020c). Comunicação da Comissão: Um novo Plano de Ação para a Economia Circular: Para uma Europa mais limpa e competitiva. Bruxelas.

Comissão Europeia (2021a). UE pela saúde 2021-2027- Uma visão para uma União Europeia mais saudável. Bruxelas. Disponível em: https://health.ec.europa.eu/funding/eu4health-programme-2021-2027-vision-healthier-european-union_pt

Comissão Europeia (2021b). Future- proofing pharmaceutical legislation- study on medicine shortages. Bruxelas.

Conselho Europeu (2020). Economia Circular. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/circular-economy/>

Costa, A; (2015). Governance e gestão de redes horizontais de cooperação: estudo de caso da rede de farmácias Holon, Dissertação de mestrado, UL:ISEG

Dey, M., & Sircar, S. (2012) Integrating Corporate Social Responsibility Initiatives with Business Strategy: A Study of Some Indian Companies. *IUP Journal of Corporate Governance*, 11(1), 36– 51.

Dourado, A; (2017). O papel do farmacêutico no marketing da farmácia comunitária. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz 66comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/20198/1/Dourado_Ana_Sofia_Coutinho.pdf

Duarte, A., Nunes, F. e Martins, L. (2007). Responsabilidade social no sector das farmácias em Portugal. Lisboa: Ordem dos Farmacêuticos.

Elkington, J. (1994) Towards the Sustainable Corporation: Win-Win-Win Business Strategies for Sustainable Development. *California Management Review*, 36, 90–100.

Ellen MacArthur Foundation (n.d). What is a circular economy?

Ellen MacArthur Foundation (2013). Towards the Circular Economy: Economic and business rationale for an accelerated transition.

Ellen MacArthur Foundation (2019). How history has forged the path to a circular economy.

Ellen MacArthur Foundation (2020a). The Circular Economy: a transformative Covid-19 recovery strategy: How policy makers can pave the way to a low carbon, prosperous future.

Ellen MacArthur Foundation (2020b). The EU's Circular Economy Action Plan: Setting the world's largest single market on a transition towards a circular economy

Feil, A. A. e Schreiber, D. (2017) Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável: Desvendando as Sobreposições e Alcances de Seus Significados, *Cadernos EBAPE.BR*, 15 (3), 667-681

Fernandes, L. (2021). A Sustentabilidade nas Instituições de Ensino Superior: O caso da Universidade do Algarve. Dissertação de Mestrado. Universidade do Algarve.

Franco, R. (2017). Sustentabilidade, Marketing Estratégico e Comunicação. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior Técnico.

Froehlich, C. (2014). Sustentabilidade: dimensões e métodos de mensuração de resultados. *Revista de Gestão do Unilasalle*, 3(2), 151-168.

IAPMEI (2018). Sistemas de incentivos à Economia Circular.

- Inigo, E. A., & Blok, V. (2019). Strengthening the socio-ethical foundations of the circular economy: Lessons from responsible research and innovation. *Journal of cleaner production*, 233, 280-291
- Jacinto, V. (2024). Reforma farmacêutica na UE: competitividade, inovação e os desafios para Portugal. Observador.
- João, D. (2018). Economia Circular: caso IKEA. Dissertação de Mestrado. ISEG-Universidade de Lisboa.
- Khodorova, O. (2021). Economia Circular no setor do turismo: Potencial valorização de Resíduos de Borracha e Plástico na Região Autónoma dos Açores. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho
- Kirchherr, J., Reike, D. and Hekkert, M. (2017). Conceptualizing the circular economy: An analysis of 114 definitions. *Resources, Conservation and Recycling*: 127: 221 – 232
- Luís, J. (2021). A relação entre economia circular nas empresas e o comportamento dos consumidores: o caso dos plásticos. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho.
- Martins, B. (2021). Economia Circular no Setor da Construção da Região Autónoma dos Açores: Impactos Económicos do Projeto ReBuild17. Dissertação de Mestrado (MEIEE). ISEG – Universidade de Lisboa.
- Martins, B., Lopes, J.C. and Mendes, I. (2023), Circular Economy in the Construction Sector: A Case Study, SOCIUS WP N°1 / 2023.
- Mendes, I. (2020). The Circular Economy: an Ancient Term that Became Polysemic. WP02/2020/DE/ SOCIUS/ CSG
- Moita, A. (2023). Economia Circular e Sustentabilidade: O Caso do setor automóvel em Portugal. Dissertação de Mestrado (MEIEE). ISEG – Universidade de Lisboa.
- Monteiro, R; (2011). As parcerias entre a Escola e as entidades da comunidade- estudo dos casos de um agrupamento de Escolas e de uma Escola Secundária. Dissertação de Mestrado. IPL
- Monteiro, M (2018). Economia Circular. Start&Go. N°20. Março/Abril.
- Parlamento Europeu. (2023). Economia Circular: definição, importância e benefícios.

- Pisani, J. A. D. (2006). Sustainable development – historical roots of the concept. *Environmental Sciences*, 3(2), 83-96.
- Preston, F. (2012). A Global Redesign? Shaping the Circular Economy. *Environment and Resource Governance*, 1-20. 2012/02
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2005). Manual de investigação em ciências sociais. (4^a ed.). Lisboa: Gradiva.
- Ribeiro, F., Kruglianskas, I. (n.d). A Economia Circular no contexto Europeu: Conceito e potenciais de contribuição na modernização das políticas de resíduos sólidos. Encontro Nacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente. São Paulo.
- Rodrigues, A., Marques, F., Ferreira, P., Raposo, V. (n.d). Estudo do setor das Farmácias em Portugal. CEISUC.
- Santos, J. (2021). Análise dos pilares da Sustentabilidade Corporativa nas organizações pública municipais e o seu impacto no desempenho: um estudo de caso na Goiânia. Dissertação de Mestrado. Universidade Autónoma de Lisboa.
- Silva, C. (2015). Ferramentas de Apoio à Implementação da Sustentabilidade na Gestão da Cadeia de Abastecimento. Dissertação de Mestrado. Universidade de Aveiro.
- Silva, L. S. A. D., & Quelhas, O. L. G. (2006). Sustainable development and consequences for equity costs in public companies. *Gestão & Produção*, 13(3), 385- 395.
- Szekely, F., & Knirsch, M. (2005). Responsible leadership and corporate social responsibility: Metrics for sustainable performance. *European Management Journal*, 23(6), 628-647.
- Tavares, P; (2017). A importância da autoavaliação na agenda do diretor escolar- um caso em análise. Dissertação de Mestrado. Instituto de Educação- Universidade de Lisboa.
- Valormed (2023). Relatório de atividades 2023.
- XXII Governo da República Portuguesa (2021). Plano de Recuperação e Resiliência: Recuperar Portugal, construindo o futuro. Ministério do Planeamento.
- XXIII Governo da República Portuguesa (2022). Portugal 2030, Acordo de Parceria 2021-2027

Anexos

Anexo I- Guião de entrevista ao Diretor Geral da Valormed, Dr. Luís Figueiredo

1. Como surgiu a Valormed, ou seja, quando e como é que perceberam que os medicamentos podiam entrar num processo de Economia Circular?

LF: Os medicamentos não entram num processo de economia circular, os medicamentos nunca. O que entra na Economia Circular, e quando é possível, porque nem todos os materiais utilizados no fabrico e acondicionamento de embalagens dos medicamentos são passíveis de serem reciclados, concretamente os plásticos duros, são as embalagens.

Os medicamentos que nós recolhemos, restos de medicamentos porque há pessoas que por algum motivo não aderiram à terapêutica e depositam os mesmos no lixo comum ou vazam o conteúdo pelo lavatório, mas tudo o que é restos de medicamentos e materiais não passíveis de reciclagem é aquilo que nós consideramos o refugo do nosso processo de separação e vai diretamente para incineração, portanto não há reciclagem de medicamentos. Podemos associar o facto de dizer que a reciclagem de medicamentos devido ao facto do medicamento quando comprado vir acondicionado numa caixa de cartão fechada, com folheto, muitas vezes com algum acessório de administração e por isso devemos devolver todo o conteúdo à Valormed para que nós possamos separar e classificar, pelo menos o material de acondicionamento e embalagens, para podermos integrar na Economia Circular. Por isso não há reciclagem de medicamentos, nós não conseguimos recuperar os comprimidos de benuron, por exemplo.

É bom ter esta noção porque as pessoas dizem que vão reciclar medicamentos e na prática não há reciclagem de medicamentos, nem da nossa parte nem de nenhuma entidade gestora que exista no mundo, que infelizmente não são muitas.

Em relação à primeira parte da questão, a Valormed surgiu em 1999 e surge porque para além da legislação europeia e também nacional passar a exigir a criação de fileiras para determinado tipo de resíduos, nessa altura a indústria farmacêutica achou que deveria criar a sua própria fileira de resíduos e portanto foi também de sua iniciativa, não apenas decorrente da legislação existente, que em Portugal a APIFARMA tomou as “rédeas” deste processo e convidou os distribuidores farmacêuticos (armazenistas) e a Associação Nacional de Farmácias, que era a única que existia na altura, hoje também existe a

Associação das Farmácias de Portugal, e convidou apenas uma associação de grossistas que era a Groquifar que era a única que existia enquanto que hoje já existe a ADIFA (Associação Portuguesa de Distribuidores Farmacêuticos) que tem os *full liners* ou grandes armazenistas como por exemplo a Alliance Healthcare, a OCP, a Botelho Rodrigues, a Cooprofar e a Plural, que são aqueles que têm todos os produtos que nós vemos nas farmácias e por isso são chamados os *full liners*. Na altura, a APIFARMA convidou as associações do setor farmacêutico, da cadeia de medicamentos a integrar a sociedade da Valormed, decorrente da legislação em vigor na altura e da vontade das empresas associadas em criar uma fileira para os resíduos de medicamentos por forma a fechar devidamente o ciclo de vida do medicamento. Em 25 de Outubro de 1999 assinaram um acordo parassocial, criaram os estatutos e foi constituída a sociedade Valormed que só no ano de 2000 é que começou a operar pois houve um período que foi necessário fazerem a instalação da sociedade e de todo o processo para se poder começar a recolher apenas nas farmácias os resíduos de medicamentos de origem doméstica entregues pelos cidadãos. E foi assim que a Valormed teve início: legislação + vontade do setor em geral liderado pela APIFARMA para constituir esta sociedade.

2. De acordo com o website da empresa, um dos posicionamentos que a mesma assume é o da sustentabilidade fazendo referência à atitude responsável em relação ao ambiente, à sociedade e à utilização de mecanismos de financiamento autónomos. Poderia explicar um pouco mais sobre este posicionamento?

LF: Nós ao fazermos a recolha dos restos de medicamentos que são gerados a nível domiciliário, estamos a tornar o mundo mais sustentável porque nós sabemos que o que faz bem à saúde pode não fazer bem ao ambiente. Os medicamentos que são produzidos e que são indevidamente depositados através do lixo comum ou dos ecopontos, podem trazer consequências e isso torna o ambiente insustentável. O vazamento/despejo de resíduos de medicamentos através dos lavatórios e das sanitas, vai fazer com que os mesmos vão parar às Etar de tratamento de águas que não estão preparadas nem foram dimensionadas para reter e tratar estes princípios ativos e, portanto, há uma parte muito significativa de fármacos que são encontrados nas águas dos rios e que nós, conseqüentemente, bebemos. Mais tarde tudo isto pode vir a ter influência porque as concentrações de produtos que têm sido encontrados têm vindo a aumentar consecutivamente. Há numerosos estudos a nível nacional e internacional, liderados por

faculdades de farmácia, que demonstram a preocupação com este fenómeno, uma vez que tem sido crescente, e cada vez mais se encontram vestígios de medicamentos nas águas que posteriormente utilizamos. Tudo isto tem consequências se não fizermos nada e daí que esta nossa preocupação tem como objetivo tornar o ambiente em que vivemos sustentável e acima de tudo precaver o futuro dos nossos descendentes.

É importante as pessoas terem noção que não entregando estes resíduos no sítio adequado existirão consequências, tal como provam os estudos que têm sido desenvolvidos e que cada vez mais têm constituído uma preocupação porque os efeitos estão-se a sentir de forma crescente e há que evitá-los. Os mesmos podem ser evitados criando uma entidade gestora de âmbito nacional, que são a nossa e mais algumas a nível mundial, para a recolha dos restos de medicamentos que as pessoas possam gerar nas suas habitações.

Não é só por efeito dos fármacos que são indevidamente descartados que eles aparecem nas águas, outra situação é o facto de as pessoas ao tomar um fármaco terem que o excretar.

3. De que forma é que a recolha de embalagens (papel, plástico, vidro) contribui para a Economia Circular?

LF: As embalagens são aproveitadas por isso é que nós dizemos que “tudo o que comprou, devolva”. Não se devem colocar embalagens no ecoponto, não só porque nós as separamos e enviamos para reciclagem para voltarem a entrar na Economia Circular, mas acima de tudo porque temos que precaver eventuais falsificações de medicamentos. Infelizmente, há quem se aproveite das embalagens e dos papéis que dela fazem parte para os vender aos recicladores de forma a fazerem algum dinheiro. Outros podem ir aos contentores, recolhem as embalagens de medicamentos para depois os falsificarem e por isso é que nós temos o cuidado de informar as pessoas, através das redes sociais e não só, para entregarem as embalagens e os medicamentos precisamente para evitar a falsificação e a contrafação de medicamentos. Felizmente no nosso país não temos conhecimento que isso seja uma prática comum, mas em muitos países do mundo, nomeadamente na América Latina e na África, isso é recorrente e daí a necessidade e a informação que nós prestamos de forma a prevenir estas situações e também para passar uma imagem positiva e real daquilo que o laboratório é.

(A falsificação de medicamentos já representa mais dinheiro que o negócio da droga).

4. Quais são os incentivos da Valormed às farmácias de modo a que estas apelem às pessoas a recolha de medicamentos fora de uso/prazo?

LF: Incentivos financeiros não há. O que nós fazemos é “publicidade” às farmácias dizendo às pessoas que a farmácia tem lá um contentor para depósito de resíduos. Cerca de 98% das farmácias portuguesas são aderentes ao sistema Valormed, mas quando as pessoas vão a farmácias que não tem o contentor, as pessoas mudam de farmácia. É uma forma de fidelização e também é mais um serviço que a farmácia presta ao cidadão, neste caso a responsabilidade social.

Para muitas pessoas, a primeira porta de entrada no sistema de saúde é a farmácia e confiam ao saberem que na mesma farmácia têm diversos serviços.

Nós há 25 anos instituímos o prémio ambiente Valormed, portanto as 20 farmácias que recolhem mais medicamentos a nível nacional e as 2 farmácias que recolhem mais por cada distrito do país, incluindo as regiões autónomas, nós atribuímos um prémio simbólico para incentivá-las a continuarem com este serviço e a trazerem para a Valormed cada vez mais clientes.

5. A Valormed tem regras sobre o posicionamento e a visibilidade dos contentores dentro da farmácia? Acham que isso, de certa forma, influencia a aderência e a contribuição das pessoas na recolha?

LF: A Valormed, normalmente, o que apela é que o contentor esteja num sítio visível, mas não acessível. Visível para que as pessoas consigam ver que têm ali um sítio onde podem depositar os medicamentos, mas não acessível porque infelizmente há pessoas que vão lá tentar procurar medicamentos que ainda possam estar dentro da validade e que lhes possa servir sem terem que os comprar. Daí o visível, mas não acessível, mas a liberdade de colocação do contentor cabe inteiramente à farmácia, nós não exigimos um sítio específico. Existem regras sobre o que a farmácia tem que fazer em relação ao contentor e não só a informação que deve dar ao utente. Infelizmente não são muitas as farmácias que informam e incentivam o cliente a trazerem os resíduos após a utilização.

6. A própria Valormed incentiva as pessoas a utilizarem os pontos de recolha através de campanhas?

LF: Sim. No nosso website têm lá as nossas variadas redes sociais e periódica e sistematicamente fazemos *posts* de informação para sensibilizar as pessoas sobre temas relacionados com medicamentos e com o ambiente em geral e também para incentivar a participar no sistema Valormed e que cada vez mais depositem os seus resíduos nos nossos contentores.

7. A Valormed está satisfeita com o serviço que presta à comunidade ou acha que há aspetos que podiam ser melhorados relativamente à recolha de medicamentos?

LF: Não chega a 20% daquilo que é colocado no mercado e por isso ainda há muito trabalho para fazer. Em 2000 recolhemos 80 toneladas e hoje recolhemos 1300 toneladas, o que foi algo bem positivo e todos os anos temos vindo sempre a aumentar. Tudo isto vai depender sempre da adesão das pessoas, ou seja, é necessário que as pessoas tomem consciência de que é preciso fazer alguma coisa e daí o trabalho de sensibilização nas farmácias e o nosso, através dos meios que temos, seja importante para trazer pessoas para o sistema.

8. O que é, para a Valormed, um bom balanço? Quais são os valores que idealmente se devem alcançar para ser uma boa “colheita”?

LF: Idealmente é 100%, mas a nossa licença tem um objetivo que é pelo menos 20%. Por exemplo, se um medicamento tem 5 anos de validade e nós não o gastamos até ao fim, nós guardamo-lo e não deitamos fora, ou seja, nem tudo o que é colocado no mercado num ano tem que ser gasto naquele ano. Mas o objetivo da nossa licença são pelo menos 20% e nós, sem termos conseguido atingir, andamos ali quase nesse valor. O ideal era recolhermos tudo e que as pessoas não deitassem nada no lixo comum e no ecoponto e só entregassem nas farmácias.

9. Com que frequência há recolha dos contentores das farmácias?

LF: Isso depende. Nós utilizamos um sistema de logística inverso em que os distribuidores farmacêuticos que levam os medicamentos às farmácias que elas encomendaram para depois venderem aos seus utentes, trazem os contentores Valormed. Nós só temos um transporte dedicado ao serviço Valormed, ou seja, é a tal logística inversa em que os armazenistas levam as caixas com medicamentos cheios e no regresso

ao armazém trazem as caixas Valormed. Esta situação, em termos ambientais, é bom porque temos a pegada ecológica associada ao consumo de combustíveis fósseis mais reduzida porque nós só usamos um transporte para várias funções.

11. No relatório de atividades de 2023, estão evidenciados vários dados sobre as regiões autónomas, mas Portugal Continental é tratado como um todo. É possível obter dados regionalizados do continente, uma vez que esta dissertação tem por base Portugal Continental?

LF: Nós fazemos esta distinção porque a Madeira e os Açores são governos diferentes.

12. Ainda segundo o relatório de atividades de 2023 (Quadro 29: resíduos de embalagens e medicamentos recolhidos em vários países europeus), consideram que Portugal, sendo um país mais pequeno, está bem posicionado relativamente a Espanha e França?

LF: Sim. Aquilo são dados dos países que nós conhecemos como tendo sistemas integrados como o nosso e por exemplo os franceses estão acima de nós, nós estamos mais ou menos em linha com os espanhóis, mas estamos acima dos húngaros. Também existem sistemas que não estão integrados noutros países da Europa, em que são sistemas locais, por exemplo determinado número de distribuidores, armazenistas e farmácias locais associam-se para fazer a recolha, mas não são sistemas integrados nacionais. Quando aparece aquele *benchmarking* é relativamente a países que estão mais ou menos equiparados ao nosso.

13. A Valormed partilha experiências com outras empresas de países europeus? Se sim, vão de encontro ao que eles fazem?

LF: Nós fazemos parte de uma rede ibero americana que é composto por Portugal, Espanha, Colômbia e México onde parte dessa rede, que gostávamos e estamos a tentar trazer para outros países para o sistema, mas que infelizmente depende dos governos criarem uma legislação para poderem ser criadas essas entidades gestoras, e é com estes países que têm sido feitos contactos permanentes. De 3 em 3 meses falamos sobre a experiência de cada uma das entidades gestoras.

O nosso objetivo é trazer mais países para a rede ibero-americana, mas isso vai depender dos países e das entidades a nível nacional.

14. Há muita diferença nos resultados em relação a outros países que também têm sistemas de gestão de resíduos?

LF: Os nossos resultados são idênticos aos dos espanhóis, mas os colombianos e os mexicanos têm valores muito inferiores aos nossos.

15. Por último, quais são as expectativas da empresa para o futuro?

LF: Recolher mais e que as pessoas tenham mais consciência e que pensem que hoje estão cá mas amanhã estão cá os nossos descendentes e por isso necessitam de ação individual de cada um e de tomada de consciência de que se não preservarmos da melhor maneira que não há futuro é que podemos melhorar as condições, sabendo nós que os recursos são finitos e portanto temos que ter o maior cuidado.

Anexo II- Questionário às farmácias

1. Localização geográfica (distrito)
2. Porque é que a farmácia se associou à campanha?

Resposta aberta

3. Numa escala de 1 a 5, onde 1 é nada e 5 é muito, acha que a Valormed vos persuade no sentido de motivar o cliente a contribuir para esta recolha?

Escala de 1 a 5

4. Numa escala de 1 a 4, onde 1 é nada visível e 5 totalmente visível, em que ponto classifica a visibilidade do contentor na farmácia?

Escala de 1 a 4

5. Acham que a visibilidade do contentor na farmácia “condiciona” as pessoas para o depósito dos medicamentos?

Sim/ Não

6. Qual o conhecimento das pessoas locais sobre a existência dos contentores de recolha?

Conhecem/ Não conhecem

7. Qual a aderência das pessoas aos contentores de recolha?

Aderem/ Não aderem

8. Com que frequência são recolhidos os medicamentos depositados nos contentores?

Resposta aberta

9. Comentário/Observação